

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



O Sr. **Edilson Dias de Andrade**, Presidente da Câmara Municipal de Guarujá, Estado de São Paulo, faz saber que realizará, por meio do **INDEPAC - INSTITUTO DE CULTURA, DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, PROMOÇÃO HUMANA E AÇÃO COMUNITÁRIA**, sob supervisão da Comissão Executiva nomeada por meio do Ato da Mesa nº 259/2017, de 15 de dezembro de 2017, em datas, locais e horários a serem oportunamente divulgados, Concurso Público regido de acordo com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, Lei Complementar Municipal Nº 165/2014, Lei Municipal Nº 4.422/2017, Lei Orgânica Municipal, Resolução Municipal Nº 42/2013, destinado ao provimento de vagas nos cargos descritos no Capítulo 1 deste edital, de acordo com a Lei Municipal nº 1.212, de 16 de janeiro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Guarujá.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Concurso Público destina-se ao provimento de vagas nos cargos indicados neste edital, pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Guarujá, dentro do prazo de validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos, a contar da data da homologação do certame, a critério da **Câmara Municipal de Guarujá**.

1.2. As vagas oferecidas são para o município de **Guarujá/SP**.

1.3. Os cargos, as vagas, o salário inicial, a carga horária, os requisitos mínimos exigidos e a taxa de inscrição são os estabelecidos abaixo:

ENSINO MÉDIO							
Cargo	Total de Vagas	Vagas AC (*)	Vagas PCD (**)	Carga horária	Salário	Requisitos mínimos exigidos	Taxa de Inscrição
Agente Legislativo	10	09	01	30 horas semanais	R\$ 4.999,00	Ensino médio completo.	R\$ 50,00
Operador de Áudio e Vídeo	01	01	--	40 horas semanais	R\$ 2.565,00	Ensino médio completo.	R\$ 50,00

* AC – Ampla concorrência

** PCD – Pessoas com deficiência

ENSINO SUPERIOR							
Cargo	Total de Vagas	Vagas AC (*)	Vagas PCD (**)	Carga horária	Salário	Requisitos mínimos exigidos	Taxa de Inscrição
Oficial de Contabilidade	02	02	--	40 horas semanais	R\$ 5.500,00	Bacharel em Ciências Contábeis, com registro no CRC.	R\$ 70,00
Procurador Legislativo	02	02	--	20 horas semanais	R\$ 7.122,00	Bacharel em Direito, com inscrição definitiva da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.	R\$ 70,00

* AC – Ampla concorrência

** PCD – Pessoas com deficiência

1.4. Todas as etapas constantes neste Edital serão realizadas observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

1.5. As atribuições dos cargos estão descritas no Anexo V, deste Edital.

1.6. O cronograma previsto (sujeito a alterações) está descrito no Anexo VI, deste Edital.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS

2.1. Para se inscrever o candidato deverá ler este edital em sua íntegra, tendo conhecimento e estando de acordo com as exigências nele contidas, principalmente, as especificadas a seguir, que devem ser comprovadas à época da posse:

2.1.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, amparada pelo Estatuto da Igualdade entre brasileiros e portugueses conforme disposto nos termos do parágrafo 1º, artigo 12, da Constituição Federal e do Decreto Federal nº 70.436/72;

2.1.2. Ter, na data da posse, idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou emancipado nos termos da legislação civil vigente.

2.1.3. No caso do sexo masculino, estar em dia com o Serviço Militar, nos termos do Decreto nº 57.654/66, alterado pelo Decreto nº 93.670/86;

2.1.4. Ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral;

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



2.1.5. Possuir documentação comprobatória, no ato da posse, dos **REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS** para o cargo, conforme especificado no Capítulo 1 deste Edital, e a **DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA** determinada no **item 14.5 do Capítulo 14** deste edital;

2.1.6. Ter aptidão física e mental e não possuir deficiência física incompatível com o exercício do cargo.

2.1.7. Não ter sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, condenado em processo criminal por prática de crimes contra a administração pública, capitulados nos títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492/86 e na Lei nº 8.429/92, ou, ainda, de acordo com a Lei Complementar nº 64/90;

2.1.8. Não estar, no ato da posse, incompatibilizado para nova nomeação em novo cargo, de acordo com o previsto nos incisos XVI e XVII, do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

2.1.9. Não receber proventos de aposentadoria ou remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal;

2.1.10. Certidão negativa de antecedentes criminais.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico **<http://www.indepac.org.br/concursos/>**, iniciando-se no dia **8 de março de 2018** e encerrando-se no dia **6 de abril de 2018**, observado o horário oficial de Brasília/ DF e os itens estabelecidos no Capítulo 2. Dos Requisitos Básicos Exigidos, deste Edital.

3.2. Após o preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line, o candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição, a título de ressarcimento de despesas com material e serviços, de acordo com o valor definido no Capítulo 1 deste Edital.

3.3. Objetivando evitar ônus desnecessários, o candidato deverá recolher o valor da taxa de inscrição somente se atender a todos os requisitos exigidos para o cargo pretendido.

3.4. A inscrição do candidato implicará no completo conhecimento e a tácita aceitação das normas legais pertinentes e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, e as condições previstas em Lei, sobre as quais não poderá alegar desconhecimento.

3.5. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através de boleto bancário, pagável em toda a rede bancária, com vencimento para o dia **9 de abril de 2018**, primeiro dia útil subsequente após a data de encerramento do período de inscrição. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3.5.1. O boleto bancário estará disponível no endereço eletrônico **<http://www.indepac.org.br/concursos/>**, até a data de encerramento das inscrições e deverá ser impresso para o pagamento da taxa de inscrição, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line.

3.5.2. Após o encerramento do período de inscrição, não haverá possibilidade de impressão do boleto para pagamento, seja qual for o motivo alegado.

3.5.3. A inscrição somente será confirmada após a comprovação do pagamento da taxa de inscrição.

3.5.4. O comprovante de inscrição é o boleto bancário devidamente quitado e deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização da Prova Escrita. É de inteira responsabilidade do candidato a manutenção sob sua guarda do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, para posterior apresentação, se necessário.

3.6. O candidato poderá efetuar até 3 (três) inscrições neste Concurso Público, sendo 1 (uma) para cada período de aplicação de provas (A, B e C) disposto na tabela do item 7.1.1, Capítulo 7 deste Edital.

3.6.1. Em caso de mais de uma inscrição para o mesmo período de aplicação de prova, o candidato deverá optar somente por uma inscrição por período, sendo considerado como ausente para as demais inscrições do referido período de aplicação, mesmo que a aplicação das provas ocorra na mesma sala.

3.6.2. Ocorrendo a hipótese do item 3.6.1, não haverá restituição parcial ou integral dos valores pagos a título de taxa de inscrição.

3.7. Não serão aceitas inscrições recebidas por depósito em caixa eletrônico, via postal, fac-símile, transferência ou depósito em conta corrente, por depósito" por meio de envelope" em caixa rápido, DOC, ordem de pagamento, condicionais e/ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital, bem como fora do período de inscrição estabelecido.

3.8. Não será aceito, como comprovante de pagamento da inscrição, comprovante de agendamento bancário.

3.9. Salvo nos casos de suspensão, anulação ou cancelamento do certame, não haverá devolução, parcial ou integral, da importância paga, ainda que superior ou em duplicidade, nem isenção total ou parcial de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado.

3.10. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração de opção de cargo sob hipótese alguma, portanto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve verificar atentamente a opção preenchida.

3.10.1. É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outros processos ou concursos.

3.11. O **INDEPAC** e a **Câmara Municipal de Guarujá** não se responsabilizam por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados. Assim é recomendável que o candidato realize sua inscrição e respectivo pagamento com a devida antecedência.

3.11.1. Ao emitir o boleto bancário, certifique-se que o computador utilizado seja confiável e que esteja com o antivírus atualizado para, assim, evitar possíveis fraudes na geração do boleto bancário supracitado.

3.11.2. O boleto bancário a ser gerado para este Concurso Público será emitido pelo Banco Santander.

3.11.3. A representação numérica do código de barras (linha digitável) constante no boleto bancário sempre iniciará com o número 03399 que identifica o Banco Santander.

3.11.4. Antes de efetuar o pagamento, verifique se os primeiros números constantes no código de barras pertencem ao Banco Santander. Boleto gerados por outras instituições bancárias para o pagamento da taxa de inscrição deste Concurso Público são boletos falsos.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



- 3.11.5. Será de responsabilidade do candidato ficar atento para as informações do boleto bancário, a fim de evitar fraudes no pagamento. Na dúvida, entre em contato com o SAC do **INDEPAC**.
- 3.12. A partir do dia **14 de abril de 2018**, o candidato deverá conferir no endereço eletrônico <http://www.indepac.org.br/concursos/> se os dados da inscrição, efetuada via Internet, e se o valor da inscrição foi recebido pelo **INDEPAC**, ou seja, se a inscrição está confirmada.
- 3.12.1. Em caso negativo, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato do **INDEPAC**, pelo e-mail indepac@indepac.org.br para verificar o ocorrido, nos dias úteis no horário das 9h às 16h.
- 3.13. A apresentação dos documentos e das condições exigidas para participação no referido Concurso Público será feita por ocasião da posse, sendo que a não apresentação implicará a anulação de todos os atos praticados pelo candidato.
- 3.14. As informações prestadas na ficha de inscrição on-line são de inteira responsabilidade do candidato, ainda que realizada com o auxílio de terceiros, cabendo à **Câmara Municipal de Guarujá** e ao **INDEPAC**, o direito de excluir do Concurso Público aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- 3.15. O candidato que desejar concorrer à vaga na condição de deficiente, obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico da Ficha de Inscrição, e proceder conforme estabelecido no Capítulo 5 deste Edital.
- 3.16. O candidato que necessitar de condições especiais para realização das provas deverá encaminhar, por meio de correspondência com AR (Aviso de Recebimento) ou Sedex, até o término das inscrições, formulário constante no Anexo II deste Edital, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova, identificando no envelope: nome e cargo ao qual está concorrendo e nome do Concurso Público: **Câmara Municipal de Guarujá - Concurso Público nº 01/2018- "Cond. Especial"**, ao **INDEPAC**, localizado à Rua Perdões, 101 - Acimação - São Paulo - SP, CEP 01529-030.
- 3.16.1. O candidato que não o fizer durante o período de inscrição estabelecido no item anterior, não terá a prova e as condições especiais providenciadas, seja qual for o motivo alegado.
- 3.16.2. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 3.16.3. Para efeito do prazo de recebimento da solicitação por correspondência com AR ou SEDEX, estipulado no item 3.16 deste Capítulo, será considerado 5 (cinco) dias corridos após a data de término das inscrições.
- 3.16.4. A candidata que tiver a necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante (maior de 18 anos), que também se submeterá às regras deste Edital e Anexos e ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata nesta condição que não levar acompanhante, não realizará as provas.
- 3.16.4.1. A candidata lactante deverá declarar a referida condição na ficha de inscrição online e encaminhar sua solicitação ao **INDEPAC**, até o término das inscrições, por correspondência com AR ou SEDEX, conforme estabelecido no item 3.16.
- 3.17. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização da prova por motivo de crença religiosa, deverá encaminhar solicitação ao **INDEPAC**, nos termos do item 3.16 deste Capítulo.
- 3.18. O candidato que solicitar condição especial para a realização das provas deverá, a partir de **14 de abril de 2018**, acessar o site <http://www.indepac.org.br/concursos/>, para verificar o resultado da solicitação pleiteada.
- 3.19. São de exclusiva responsabilidade do candidato, sob as penas da lei, as informações fornecidas no ato da inscrição.

4. DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

- 4.1. O candidato, que estiver amparado pelos dispositivos contidos na Lei Municipal nº 4.448/17 ou no Decreto Federal nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, poderá requerer a isenção da taxa de inscrição deste Concurso Público, desde que comprove os requisitos previstos no item 4.1.1 ou no item 4.1.2 deste Capítulo, conforme o caso, a saber:
- 4.1.1. Esteja cadastrado no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea - REDOME.
- 4.1.1.1. A comprovação dos requisitos dispostos no item 4.1.1 será realizada, exclusivamente, por meio dos seguintes documentos:
- a) Cópia simples do documento de identificação com foto – frente e verso;
 - b) Cópia simples do CPF – frente e verso;
 - c) Declaração emitida pelo REDOME informando a condição de doador de medula óssea;
 - d) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no Anexo III deste Edital.
- 4.1.2. Esteja inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e, cumulativamente, possua renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos ou renda familiar per capita de até meio salário mínimo mensal.
- 4.1.2.1. A comprovação dos requisitos dispostos no item 4.1.2 será realizada, exclusivamente, por meio dos seguintes documentos:
- a) Cópia simples do documento de identificação com foto – frente e verso;
 - b) Cópia simples do CPF – frente e verso;
 - c) Formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, informando, obrigatoriamente, o nome completo da mãe e o número do NIS, constante no Anexo III deste Edital.
- 4.2. O candidato que preencher a condição estabelecida no item 4.1.1 ou no item 4.1.2 deverá solicitar a isenção do pagamento do valor de inscrição obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 4.2.1. Acessar, no período de **8 a 20 de março de 2018**, o site do **INDEPAC** - <http://www.indepac.org.br/concursos/> e, na área do Concurso Público nº 01/2018 da **Câmara Municipal de Guarujá**, realizar a inscrição online;
- 4.2.2. Imprimir o formulário de solicitação de isenção da taxa de inscrição, constante no Anexo III deste Edital, preenchê-lo e assiná-lo;
- 4.2.3. Encaminhar o formulário especificado no subitem anterior, juntamente com os documentos descritos nas alíneas do subitem 4.1.1.1 ou 4.1.2.1 (conforme o caso), até **20 de março de 2018**, por SEDEX ou correspondência com registro de Aviso de Recebimento (AR), ao **INDEPAC**, localizado à Rua Perdões, 101 - Acimação - São Paulo - SP, CEP 01529-030, identificando no envelope: **ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO - Concurso Público - Câmara Municipal de Guarujá - 01/2018**.
- 4.3. O formulário discriminado no subitem 4.2.2 deverá ser encaminhado devidamente preenchido e conter a assinatura do solicitante e a data.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



- 4.3.1. Deverá ser realizada uma inscrição on-line e um envio de formulário de isenção da taxa para cada cargo de interesse do candidato. Em caso de mais de uma solicitação de isenção da taxa para o mesmo candidato, em cargos distintos, a documentação comprobatória poderá ser enviada anexa em apenas um dos formulários de isenção da taxa.
- 4.4. A comprovação da tempestividade da solicitação de isenção será feita pela data da postagem.
- 4.5. O formulário de solicitação de isenção postado por SEDEX ou correspondência com AR, conforme disposto no subitem 4.2.3, refere-se a um único candidato.
- 4.6. A documentação comprobatória enviada pelo candidato será analisada pelo **INDEPAC**, que decidirá sobre a isenção do valor de inscrição, considerando o estabelecido neste capítulo.
- 4.6.1. A documentação comprobatória enviada pelo candidato não será devolvida em hipótese alguma.
- 4.7. Não será concedida isenção de pagamento do valor de inscrição ao candidato que:
- a) deixar de efetuar a inscrição pela internet no período estabelecido no item 4.2.1, deste capítulo;
 - b) deixar de enviar a documentação comprobatória estabelecida nas alíneas do subitem 4.1.1.1 ou do subitem 4.1.2.1, deste capítulo;
 - c) deixar de enviar a documentação comprobatória das alíneas do subitem 4.1.1.1 ou do subitem 4.1.2.1, na forma e no prazo previstos neste capítulo;
 - d) deixar de preencher corretamente ou de assinar o formulário discriminado no subitem 4.2.2, deste capítulo;
 - e) omitir informações e/ou torná-las inverídicas.
- 4.8. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, bem como exclusão do candidato do certame em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.9. A partir de **27 de março de 2018**, o candidato deverá verificar a situação sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação da isenção do valor de inscrição nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br e no Diário Oficial do Município.
- 4.10. O candidato disporá de 2 (dois) dias úteis a partir da divulgação dos resultados da análise dos requerimentos de isenção do pagamento da inscrição, citada no subitem anterior, para contestar o indeferimento por meio de interposição de recurso, conforme previsto no Capítulo 13 deste edital. Após esse período, não serão aceitos pedidos de revisão.
- 4.11. A partir de **5 de abril de 2018**, será divulgado nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br, bem como publicado no Diário Oficial do Município o resultado do recurso contra o indeferimento da solicitação da isenção do valor de inscrição.
- 4.12. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos, para efetivar a sua inscrição no Concurso Público, deverão acessar o endereço eletrônico <http://www.indepac.org.br/concursos/>, imprimir a segunda via do respectivo boleto bancário para pagamento da taxa de inscrição e pagá-lo até a data de seu vencimento, na forma do item 3.5 do capítulo 3, deste edital.
- 4.13. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção deferidos estarão automaticamente inscritos no certame.
- 4.14. O candidato que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e no prazo estabelecidos no item 4.12 estará automaticamente excluído do Concurso Público.

5. DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

- 5.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste Concurso Público, desde que as atribuições do cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelecido no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004.
- 5.2. Em obediência ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02/12/2004, aos candidatos com deficiência habilitados, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do Concurso Público.
- 5.3. São consideradas pessoas com deficiência as que apresentem, em certo grau, uma deficiência constante do Artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.
- 5.4. Será eliminado da lista de deficientes o candidato cuja deficiência, declarada na inscrição, não se constate, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.
- 5.4.1. Será eliminado do Concurso Público o candidato cuja deficiência declarada na inscrição seja incompatível com o cargo pretendido.
- 5.5. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 5.6. As pessoas com deficiência participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 5.7. As vagas destinadas às pessoas com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.
- 5.8. No ato da inscrição, o candidato com deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do Concurso Público deverá requerê-lo, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.
- 5.9. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá declarar a condição na Ficha de Inscrição.
- 5.10. O candidato com deficiência, durante o período das inscrições, deverá encaminhar, via Sedex ou correspondência com Aviso de Recebimento (AR), ao **INDEPAC**, localizado à Rua Perdões, 101 - Aclimação - São Paulo - SP, CEP 01529-030, identificando o nome do Concurso Público no envelope: **Câmara Municipal de Guarujá- Concurso Público nº 01/2018 - LAUDO MÉDICO**, os documentos a seguir:
- a) Formulário constante no Anexo II deste Edital, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, especificando a condição especial para a realização da prova (caso a condição especial seja necessária); e

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



b) Cópia autenticada ou original do Laudo Médico, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando o seu nome, número do RG e do CPF.

5.10.1. Os candidatos que solicitarem a prova em braille deverão levar, para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção.

5.10.2. O candidato com deficiência auditiva poderá solicitar, no formulário constante no Anexo II deste Edital, a autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito a inspeção e aprovação da Comissão Multidisciplinar, com a finalidade de garantir a lisura do Concurso Público.

5.10.2.1. O candidato com deficiência auditiva e mudez, que necessitar de tradutor intérprete de libras, deverá solicitar o profissional através do formulário, conforme modelo constante do Anexo II do presente edital.

5.10.3. O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional de 1 (uma) hora para a realização das provas, deverá enviar a documentação indicada nas alíneas "a" e "b" do item 5.10, acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.

5.10.4. A comprovação da tempestividade do envio da documentação tratada nas alíneas do item 5.10 e subitem 5.10.3 será feita pela data da postagem.

5.10.5. Aos deficientes visuais (amblíopes) que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas neste sistema, com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

5.10.6. As condições específicas e ajudas técnicas previstas acima não excluem outras que se fizerem necessárias.

5.10.7. O atendimento às condições solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido e será divulgado conforme disposto no item 3.14, do Capítulo 3 deste edital.

5.11. O laudo médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.

5.12. O candidato que não atender, dentro do período das inscrições, aos dispositivos mencionados no item 5.10 e respectivas alíneas e subitens, não terá a condição especial atendida ou não será considerado pessoa com deficiência, seja qual for o motivo alegado.

5.13. O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme as instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

5.14. Os candidatos, que no ato da inscrição se declararem pessoas com deficiência, se aprovados no Concurso Público, terão seus nomes divulgados na lista geral dos aprovados e em lista específica.

5.15. Após a investidura do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação, licença-saúde ou aposentadoria por invalidez.

6. DAS PROVAS

6.1. O Concurso Público constará das seguintes provas e respectivo número de questões:

ENSINO MÉDIO			
Cargo	Tipo de Prova	Conteúdo da Prova Objetiva	Nº de Questões da Prova Objetiva
Agente Legislativo Operador de Áudio e Vídeo	Objetiva + Prática	Língua Portuguesa Matemática Conhecimentos em Informática Conhecimentos Específicos	15 10 10 25

ENSINO SUPERIOR			
Cargo	Tipo de Prova	Conteúdo da Prova Objetiva	Nº de Questões da Prova Objetiva
Oficial de Contabilidade	Objetiva + Títulos	Língua Portuguesa Matemática Conhecimentos em Informática Conhecimentos Específicos	15 15 05 35
Procurador Legislativo	Objetiva + Dissertativa + Títulos	Língua Portuguesa Conhecimentos Específicos	15 65

6.2. A Prova Objetiva será realizada com base em instrumentos que mensuram as habilidades e conhecimentos exigidos pelo cargo conforme indicação das atribuições constantes no Anexo IV deste edital.

6.2.1. As questões serão objetivas de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada, terão uma única resposta correta e versarão sobre o programa contido no Anexo I deste Edital.

6.3. A prova dissertativa será realizada e avaliada conforme estabelecido no Capítulo 9 deste Edital.

6.4. A prova de títulos será realizada e avaliada conforme estabelecido no Capítulo 10 deste Edital.

6.5. A prova prática será realizada e avaliada conforme estabelecido no Capítulo 11 deste Edital.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



7. DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS ESCRITAS (OBJETIVAS E DISSERTATIVAS)

7.1. As provas escritas objetivas serão realizadas na cidade de **Guarujá/SP**, nas datas previstas de **29 de abril e 6 de maio de 2018**, de acordo com a divisão dos períodos estabelecidos no item 7.1.1 deste capítulo, em locais e horários a serem comunicados oportunamente por meio do Edital de Convocação para as Provas Escritas a ser publicado no Diário Oficial do Município e divulgado através da Internet nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br, observado o horário oficial de Brasília/DF.

7.1.1. As provas serão aplicadas conforme a tabela que segue:

PERÍODO DE APLICAÇÃO	DATA DE APLICAÇÃO	CARGOS
A	29/04/2018	Oficial de Contabilidade Procurador Legislativo
B	06/05/2018	Agente Legislativo
C	06/05/2018	Operador de Áudio e Vídeo

7.1.2. Caso o número de candidatos inscritos exceda à oferta de lugares existentes nos colégios da cidade de Guarujá/SP, o **INDEPAC**, reserva-se do direito de alocá-los em cidades próximas para aplicação das provas, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

7.1.3. Não será enviado Cartão Informativo para o endereço ou e-mail do candidato. O candidato deverá, a partir do dia **20 de abril de 2018**, informar-se, pela internet, nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br e no Diário Oficial do Município, em que local e horário irá realizar a prova. Será de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.

7.1.4. Não serão fornecidas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas, exceto na condição do candidato com deficiência, que demande condição especial para a realização das provas e/ou esteja concorrendo às vagas reservadas para pessoas com deficiência, que, nesse caso, deverá entrar em contato com a empresa realizadora do Concurso Público, pelo e-mail indepac@indepac.org.br.

7.2. Ao candidato só será permitida a participação nas provas escritas, na respectiva data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 7.1 deste Capítulo e 9.1 do Capítulo 9 deste Edital.

7.3. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização das provas escritas em outro dia, horário ou fora do local designado.

7.4. Os eventuais erros referentes a nome, número de documento de identidade, sexo ou data de nascimento, deverão ser comunicados no dia da realização das provas escritas objetivas para que o fiscal da sala faça a devida correção em Ata da Sala de Prova.

7.4.1. O candidato que não solicitar as correções dos dados pessoais nos termos do item anterior deverá arcar, exclusivamente, com as consequências advindas de sua omissão.

7.5. Caso haja inexistência na informação relativa à opção de cargo e/ou condição de candidato com deficiência, o candidato deverá entrar em contato com o Serviço de Atendimento ao Candidato – SAC do **INDEPAC**, pelo e-mail indepac@indepac.org.br, das 9h às 16h, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data de aplicação das Provas Escritas.

7.5.1. A alteração da condição de candidato com deficiência somente será efetuada na hipótese de que o dado expresso pelo candidato em sua ficha de inscrição tenha sido transcrito erroneamente nas listas afixadas e disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.indepac.org.br/concursos/> desde que o candidato tenha cumprido todas as normas e exigências constantes no Capítulo 5 deste Edital.

7.5.2. O candidato que não entrar em contato com o SAC, no prazo mencionado no item 7.5 deste Capítulo, será o único responsável pelas consequências ocasionadas pela sua omissão.

7.6. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de:

a) Comprovante de inscrição (boleto bancário referente à inscrição com o respectivo comprovante de pagamento);

b) Original de um dos documentos de identidade a seguir: Cédula Oficial de Identidade; Carteira e/ou cédula de identidade expedida pela Secretaria de Segurança, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Certificado de Reservista; Passaporte; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselhos de Classe, que por Lei Federal, valem como documento de identidade (OAB, CRC, CRA, CRQ etc.) e Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei n.º 9.503/97).

c) caneta esferográfica de tinta preta ou azul, lápis preto nº 2 e borracha macia.

7.6.1. Os documentos apresentados deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.

7.6.2. O comprovante de inscrição não terá validade como documento de identidade.

7.6.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

7.6.3.1. A identificação especial também será exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia e/ou à assinatura do portador.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



7.6.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

7.6.5. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticadas.

7.7. Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.

7.8. No dia da realização das provas escritas objetivas, na hipótese de o candidato não constar nas listagens oficiais relativas aos locais de prova estabelecidos no Edital de Convocação, o **INDEPAC**, procederá à inclusão do referido candidato, através de preenchimento de formulário específico mediante a apresentação do comprovante de inscrição.

7.8.1. A inclusão de que trata o item 7.8, será realizada de forma condicional e será confirmada pelo **INDEPAC**, na fase de Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de se verificar a pertinência da referida inclusão.

7.8.2. Constatada a improcedência da inscrição de que trata o item 7.8, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

7.8.3. No dia da realização das provas escritas, não será permitido ao candidato:

7.8.3.1. Entrar ou permanecer no local de exame portando arma(s), mesmo que possua o respectivo porte;

7.8.3.2. Entrar ou permanecer no local de exame com aparelhos eletrônicos (agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios digitais, relógios com banco de dados, telefone celular, walkman etc.) ligados ou semelhantes, boné, gorro, chapéu, óculos de sol, fones de ouvido, bem como protetores auriculares.

7.8.4. Na ocorrência do funcionamento de qualquer tipo de equipamento eletrônico durante a realização das provas escritas, o candidato será automaticamente eliminado do Concurso Público.

7.8.4.1. Os equipamentos eletrônicos deverão ser desligados e acondicionados em invólucros lacrados específicos para esse fim, que serão fornecidos aos candidatos pelo fiscal de sala. O aparelho celular deverá ter a bateria removida pelo próprio candidato.

7.8.4.2. O invólucro lacrado contendo os equipamentos eletrônicos desligados deverá permanecer sob a carteira do candidato até a entrega da folha de respostas ao fiscal, ao término da prova. O invólucro lacrado apenas poderá ser aberto pelo candidato após a saída do colégio de prova.

7.8.5. O descumprimento dos itens 7.8.3.2 e 7.8.4 implicará na eliminação do candidato.

7.8.6. O **INDEPAC e a Câmara Municipal de Guarujá** não se responsabilizarão por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas.

7.8.7. Durante a realização das provas, não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou pessoa estranha ao Concurso Público, nem a utilização de livros, códigos, manuais, revistas, impressos, quaisquer anotações, calculadora, celulares ou qualquer outro aparelho eletrônico.

7.9. Quanto às Provas:

7.9.1. Para a realização das provas escritas objetivas, o candidato deverá ler as questões no caderno de questões e marcará suas respostas na Folha de Respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A Folha de Respostas é o único documento válido para correção.

7.9.1.1. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis, ou aquelas respondidas a lápis.

7.9.1.2. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras óticas, prejudicando o desempenho do candidato.

7.9.1.3. A Folha de Respostas será identificada, em campo específico, pelo próprio candidato com sua assinatura.

7.9.2. A prova dissertativa para o cargo de Procurador Legislativo será realizada em data a ser divulgada, oportunamente, após a realização da prova escrita objetiva.

7.9.2.1. Para a realização da prova dissertativa, o candidato receberá uma folha de respostas específica, na qual redigirá com caneta de tinta esferográfica de tinta azul ou preta.

7.9.2.2. A prova dissertativa deverá ser escrita à mão, em letra legível, não sendo permitida a interferência e ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, o candidato será acompanhado por um fiscal do INDEPAC, devidamente treinado, que deverá ditar, especificando integralmente o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de acentuação e pontuação.

7.9.2.3. A prova dissertativa não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o campo específico para a assinatura do candidato nas folhas de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que as identifiquem, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da parte da prova dissertativa, implicando na eliminação do candidato no Concurso Público.

7.9.2.4. O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova dissertativa. As folhas para rascunho são de preenchimento facultativo, e não valem para finalidade de avaliação.

7.9.2.5. A Folha de Respostas específica para a prova dissertativa será identificada, em campo específico, pelo próprio candidato com sua assinatura.

7.9.3. É de responsabilidade do candidato a leitura das orientações contidas na capa do caderno de questões e nas folhas de respostas, bem como a conferência do material entregue pelo INDEPAC, para a realização da prova escrita.

7.9.4.1. A capa do Caderno de Questões da prova objetiva possui informações sobre o TIPO DE PROVA e caberá, obrigatoriamente, ao candidato informar na folha de respostas o tipo de prova à que corresponde suas respostas.

7.10. Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal a folha de respostas.

7.11. A totalidade das provas objetivas terá a duração de 4 (quatro) horas, exceto para os cargos de Oficial de Contabilidade e Procurador Legislativo, cuja totalidade das provas objetivas terá a duração de 5 (cinco) horas.

7.11.1. Após o período de 2 (duas) horas, o candidato, ao terminar a sua prova, poderá levar o caderno de questões, deixando com o fiscal da sala as folhas de resposta, que serão os únicos documentos válidos para a correção. Em nenhuma outra situação será fornecido o Caderno de Questões.

7.12. Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas 2 (duas) horas, sob pena de eliminação do certame.

7.12.1. O início da prova escrita (objetiva e dissertativa) será definido em cada sala de aplicação.

7.13. As Folhas de Respostas dos candidatos serão personalizadas, impossibilitando a substituição.

7.14. Será automaticamente excluído do Concurso Público o candidato que:

7.14.1. Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



- 7.14.2. Não apresentar o documento de identidade exigido no item 7.6, alínea "b", deste Capítulo;
- 7.14.3. Não comparecer a qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado;
- 7.14.4. Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes, do tempo mínimo de permanência estabelecido no item 7.12, deste capítulo;
- 7.14.5. For surpreendido em comunicação com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, sobre a prova que estiver sendo realizada, ou utilizando-se de livros, notas, impressos não permitidos, calculadora ou similar;
- 7.14.6. For surpreendido portando equipamentos eletrônicos como agenda eletrônica, bip, gravador, notebook, pager, palmtop, receptor, relógios digitais, relógios com banco de dados, telefone celular, fone de ouvido, walkman e/ou equipamentos semelhantes, ou ainda boné, gorro, chapéu, óculos de sol, bem como protetores auriculares;
- 7.14.7. Estiver com qualquer tipo de equipamento eletrônico em funcionamento durante a realização das provas escritas, incluindo os sinais sonoros referentes a alarmes;
- 7.14.8. Lançar mão de meios ilícitos para executar as provas;
- 7.14.9. Não devolver a Folha de Resposta cedida para realização das provas;
- 7.14.10. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos ou agir com descortesia em relação a qualquer dos examinadores, executores e seus auxiliares, ou autoridades presentes;
- 7.14.11. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas fora dos meios permitidos;
- 7.14.12. Ausentar-se da sala de provas, a qualquer tempo, portando as folhas de respostas;
- 7.14.13. Não cumprir as instruções contidas no caderno de questões de provas e nas folhas de respostas;
- 7.14.14. Não informar o tipo de prova na folha de respostas objetiva;
- 7.14.15. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Concurso Público.
- 7.15. Constatado, após as provas, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.
- 7.16. No caso de candidata lactante, não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata. A criança deverá permanecer em local designado, acompanhada de familiar ou terceiro, adulto responsável, indicado pela candidata.
- 7.16.1. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.
- 7.16.2. Na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 7.16.3. Excetuada a situação prevista no item 3.16.4 do Capítulo 3 deste Edital, não será permitida a permanência de qualquer acompanhante nas dependências do local de realização da prova, podendo ocasionar, inclusive, a não participação da candidata no Concurso Público.
- 7.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de prova.
- 7.18. A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova será de sua exclusiva responsabilidade.
- 7.19. Ocorrendo alguma situação de emergência o candidato será encaminhado para atendimento médico local ou ao médico de sua confiança. A equipe de Coordenadores responsáveis pela aplicação das provas dará todo apoio que for necessário.
- 7.20. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, o mesmo não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.
- 7.21. Reserva-se ao Coordenador do Concurso Público designado pelo **INDEPAC**, o direito de excluir da sala e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado ou que desobedecer a qualquer regulamento constante deste Edital, bem como, tomar medidas saneadoras, e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.
- 7.22. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.
- 7.23. As instruções dadas pelos Fiscais e Coordenadores, assim como as contidas na prova, deverão ser respeitadas pelos candidatos.
- 7.24. O candidato não poderá ausentar-se da sala ou local de prova, salvo em caso de extrema necessidade, desde que acompanhado por Fiscal Credenciado e autorizado pelo Fiscal da Sala e, nesse caso, não poderá levar consigo qualquer tipo de bolsa, estojo ou qualquer objetos constante no item 7.14.6 deste capítulo, sob pena de exclusão do concurso.
- 7.25. Durante a realização da prova, o candidato que quiser ir ao banheiro deverá solicitar ao fiscal da sala sua saída e este designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo o candidato manter-se em silêncio durante todo o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e/ou depois da utilização deste, ser submetido à revista por meio de detector de metais.
- 7.26. Ao final da prova, os 2 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinarem ata de prova, atestando a idoneidade de sua fiscalização, e se retirando todos da sala ao mesmo tempo, sob pena de eliminação do certame.
- 7.27. Os gabaritos da prova objetiva serão divulgados nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> www.camaraguaruja.sp.gov.br e no Diário Oficial do Município, em data a ser comunicada no dia da realização das provas.

8. DO JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

- 8.1. A Prova Objetiva será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e terá caráter eliminatório e classificatório.
- 8.1.1. Na avaliação e correção da Prova Objetiva será utilizado o Escore Bruto.
- 8.2. O Escore Bruto corresponde ao número de acertos que o candidato obtém na prova.
- 8.2.1. Para se chegar ao total de pontos o candidato deverá dividir 100 (cem) pelo número de questões da prova, e multiplicar pelo número de questões acertadas.
- 8.2.2. O cálculo final será igual ao total de pontos do candidato na Prova Objetiva.
- 8.3. Será considerado habilitado na Prova Objetiva o candidato que obtiver total de pontos igual ou superior a 50 (cinquenta).

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



8.4. O candidato que não comparecer para realizar a Prova ou não habilitado na Prova Objetiva será eliminado do Concurso Público.

9. DA PROVA ESCRITA DISSERTATIVA

9.1. As provas escritas dissertativas para o cargo de Procurador Legislativo serão realizadas na cidade de Guarujá/SP, em data, locais e horários a serem comunicados oportunamente por meio do Edital de Convocação para as Provas Dissertativas a ser publicado no Diário Oficial do Município e divulgado através da Internet nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br, observado o horário oficial de Brasília/DF.

9.1.1. Somente serão convocados para as provas dissertativas os candidatos, ao cargo de Procurador Legislativo, habilitados e com as 100 (cem) maiores e primeiras pontuações da Prova Objetiva, acrescidos dos candidatos empatados com a mesma pontuação do último candidato com a 100ª (centésima) maior pontuação, além dos candidatos com deficiência inscritos na forma do Capítulo 5 e habilitados na forma do Capítulo 8 deste Edital, com as 5 (cinco) maiores e primeiras pontuações da Prova Objetiva em sua lista específica, acrescidos dos candidatos empatados com a mesma pontuação do último candidato com a 5ª (quinta) maior pontuação.

9.1.2. Os demais candidatos aprovados nas provas objetivas para o cargo de Procurador Legislativo e que não forem convocados para as provas dissertativas, conforme previsto no item 9.1, serão excluídos do Concurso Público.

9.2. A prova dissertativa visa avaliar a expressão do candidato na língua portuguesa, os conhecimentos específicos constantes do programa, conforme Anexo I deste Edital e os comportamentos inerentes ao exercício da função.

9.3. A totalidade das provas dissertativas terá a duração de 3 (três) horas.

9.3.1. Após o período de 1 (uma) hora, o candidato, ao terminar a sua prova, poderá levar o caderno de questão, deixando com o fiscal da sala as folhas de resposta, que serão os únicos documentos válidos para a correção. Em nenhuma outra situação será fornecido o Caderno de Questão.

9.4. Iniciadas as provas, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas 1 (uma) hora, sob pena de eliminação do certame.

9.5. Na prova dissertativa, o candidato deverá elaborar 1 (uma) peça profissional e 2 (duas) questões teórico-práticas, que versarão sobre o programa estabelecido para o cargo de Procurador Legislativo, no Anexo I deste Edital.

9.5.1. A peça profissional valerá de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e as questões teórico-práticas valerão de 0 (zero) a 4 (quatro) pontos cada.

9.6. O candidato deverá redigir dentro da quantidade mínima e máxima de linhas de acordo com o estabelecido no caderno de questões. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atingir a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

9.6.1. Quando da realização das prova dissertativa, caso a peça profissional exija assinatura, o examinando deverá utilizar apenas a palavra "ADVOGADO...". Ao texto que contenha outra assinatura, será atribuída nota 0 (zero), por se tratar de identificação do examinando em local indevido.

9.6.2. Na elaboração do texto da peça profissional, o examinando deverá incluir todos os dados que se façam necessários, sem, contudo, produzir qualquer identificação ou informações além daquelas fornecidas e permitidas nos enunciados contidos no caderno de prova. Assim, o examinando deverá escrever o nome do dado seguido de reticências ou de "XXX" (exemplo: "Município...", "Data...", "Advogado...", "OAB...", "MunicípioXXX", "DataXXX", "AdvogadoXXX", "OABXXX" etc.). A omissão de dados que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução do problema proposto acarretará em descontos na pontuação atribuída ao examinando nesta fase.

9.6.3. Para realização da prova dissertativa o examinando deverá ter conhecimento das regras processuais inerentes ao fazimento da mesma.

9.6.4. O texto da peça profissional será avaliado quanto à adequação ao problema apresentado, ao domínio do raciocínio jurídico, à fundamentação e sua consistência, à capacidade de interpretação e exposição, à técnica profissional demonstrada e à correta utilização da Língua Portuguesa, sendo que a mera transcrição de dispositivos legais, desprovida do raciocínio jurídico, não ensejará pontuação.

9.7. A prova dissertativa terá caráter classificatório e eliminatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 18 (dezoito) pontos.

9.8. Serão considerados habilitados na prova dissertativa os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 10 (dez) pontos.

9.9. O candidato não habilitado na prova dissertativa será eliminado do concurso.

9.10. A prova dissertativa será realizada, observando-se as seguintes condições:

a) Cada candidato receberá uma folha de respostas personalizada, no qual redigirá com caneta de tinta na cor azul ou preta (de material transparente) seu texto definitivo;

b) A prova dissertativa deverá ser escrita à mão, em letra legível;

c) Não será permitida durante a realização da prova, comunicação ou consulta entre os candidatos e/ou a participação de outras pessoas, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações;

d) O candidato, que tenha solicitado um transcritor para realização das provas, realizará a prova acompanhado por um fiscal indicado pelo **INDEPAC**, devidamente treinado, ao qual deverá ditar, especificando integralmente o texto, a grafia das palavras e os sinais gráficos de acentuação e pontuação;

e) A prova dissertativa não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da folha de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará à anulação da prova dissertativa sendo atribuída nota zero.

9.11. A prova dissertativa será avaliada quanto à adequação ao problema apresentado.

9.11.1. Nos casos de propositura de peça inadequada para a solução do problema proposto, considerando para este fim peça que não esteja exclusivamente em conformidade com a solução técnica indicada no padrão de resposta da prova, ou de apresentação de resposta incoerente com situação proposta ou de ausência de texto, o examinando receberá nota ZERO na redação da peça profissional.

9.11.2. A indicação correta da peça prática é verificada no nomen iuris da peça concomitantemente com o correto e completo fundamento legal usado para justificar tecnicamente a escolha feita.

9.12. Será atribuída nota ZERO à prova dissertativa nos seguintes casos:

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



- 9.12.1. Fugir à proposta apresentada.
9.12.2. Apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou forma em verso).
9.12.3. For assinada fora do local apropriado.
9.12.4. Apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato.
9.12.5. For escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade.
9.12.6. Estiver em branco.
9.12.7. Apresentar letra ilegível.
9.12.8. Não atingir a quantidade mínima de linhas estabelecida no caderno de questões.
9.13. A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova dissertativa pela banca examinadora.

10. DA PROVA DE TÍTULOS

10.1. Concorrerão à prova de Títulos todos os candidatos habilitados nas provas objetivas para o cargo de Oficial de Contabilidade, conforme estabelecido no Capítulo 8 deste Edital, e todos os candidatos habilitados nas provas objetivas para o cargo de Procurador Legislativo, conforme estabelecido no Capítulo 9 deste Edital.

10.1.1. A prova de títulos terá caráter classificatório. O candidato que não entregar o Título não será eliminado do Concurso.
10.2. O candidato deverá enviar, em prazo a ser divulgado, oportunamente, por meio de Convocação para envio dos Títulos, os documentos abaixo, via postal por Sedex ou carta com Aviso de Recebimento (AR), ao **INDEPAC**, localizado à Rua Perdões, 101 - Aclimação - São Paulo - SP, CEP 01529-030, identificando o nome do Concurso Público no envelope: **Câmara Municipal de Guarujá- Concurso Público nº 01/2018 - Títulos:**

- a) Cópia reprográfica autenticada dos Títulos a que venha possuir, assim como seus respectivos históricos escolares;
b) Cópia do Documento de Identificação (RG) e Cópia do Comprovante de inscrição; e
c) Formulário de entrega de títulos, cujo modelo é o constante do Anexo V deste Edital, em via original, identificado, preenchido com os Títulos a serem enviados e assinado.

10.2.1. A comprovação de envio dos Títulos será feita pelo comprovante de postagem emitido pelos Correios, onde consta o número de identificação do objeto.

10.2.2. Após o prazo estabelecido no item 10.2 não serão aceitos Títulos, sob qualquer hipótese.

10.2.3. As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma. Não serão aceitos documentos originais.

10.2.4. A Convocação para envio dos Títulos será publicada no Diário Oficial do Município e divulgada através da Internet nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br.

10.3. Enviada a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

10.4. Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por estabelecimento e instituições de ensino regularizadas perante os órgãos e entidades oficiais de ensino estaduais e federais, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

10.4.1. Os documentos de Títulos que forem representados por declarações ou certidões deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos por Instituição Oficial, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

10.4.2. Os certificados de Pós Graduação Lato Sensu, com o mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas, deverão estar de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

10.4.3. No caso de Certificado de Conclusão de Pós Graduação "Stricto Sensu" (Mestrado ou Doutorado), este deverá conter a data de conclusão e a aprovação da Dissertação ou Defesa da Tese.

10.4.4. Somente serão válidos para efeito de contagem dos títulos de Mestre e Doutor, os cursos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC.

10.4.5. Os certificados expedidos em língua estrangeira deverão vir acompanhados pela correspondente tradução efetuada por tradutor juramentado ou pela revalidação dada pelo órgão competente.

10.5. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.

10.7. É da exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de Títulos.

10.8. Não serão aceitas substituições de documentos, bem como, Títulos que não constem na tabela apresentada neste Capítulo.

10.9. A pontuação da documentação de Títulos se limitará ao valor máximo de 2 (dois) pontos.

10.10. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

10.11. Serão considerados Títulos somente os constantes na tabela a seguir, de acordo com o cargo:

TABELA DE TÍTULOS

TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO	COMPROVAÇÃO
a) Doutorado na área de atuação - Pós Graduação Stricto Sensu, concluído até a data de apresentação dos títulos.	0,8 pontos	0,8 pontos	Cópia autenticada do Diploma devidamente registrado ou de Certificado/ Certidão/ Declaração de conclusão de curso, acompanhado(a) da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar.
b) Mestrado na área de atuação - Pós Graduação Stricto Sensu, concluído até a data de apresentação dos títulos.	0,6 pontos	0,6 pontos	Cópia autenticada do Diploma devidamente registrado ou de Certificado/ Certidão/ Declaração de conclusão de curso, acompanhado(a) da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO	COMPROVAÇÃO
c) Pós Graduação Lato Sensu (especialização) na área de atuação, com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos.	0,3 ponto	0,6 ponto	Cópia autenticada do Certificado, Certidão ou Declaração de conclusão do Curso, indicando o número de horas e período de realização do curso. No caso de Declaração ou Certidão de conclusão de curso, estas devem vir acompanhadas da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar.

11. DA PROVA PRÁTICA

11.1. A Prova Prática será aplicada para os cargos de Agente Legislativo e Operador de Áudio e Vídeo, no município de Guarujá/SP, em data, local e horário a serem comunicados oportunamente por meio do Edital de Convocação para as Provas Escritas a ser publicado no Diário Oficial do Município e divulgado através da Internet nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br, observado o horário oficial de Brasília/DF.

11.1.1. Será de responsabilidade do candidato o acompanhamento e consulta para verificar o seu local de prova.

11.1.2. Ao candidato só será permitida a participação nas provas na respectiva data, horário e local a serem divulgados de acordo com as informações constantes no item 11.1, deste capítulo.

11.2. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização das provas em outro dia, horário ou fora do local designado.

11.3. Para a realização da Prova Prática somente serão convocados os candidatos habilitados e com as maiores e primeiras pontuações da Prova Objetiva, observando a ordem de classificação de acordo com quantidade abaixo especificada, acrescidos dos candidatos empatados com a mesma pontuação do último candidato na quantidade abaixo. Serão convocados, ainda, os candidatos com deficiência inscritos na forma do Capítulo 5 e habilitados na forma do Capítulo 8 deste Edital, com as maiores e primeiras pontuações da Prova Objetiva em sua lista específica, observando a ordem de classificação de acordo com quantidade abaixo especificada, acrescidos dos candidatos empatados com a mesma pontuação do último candidato na quantidade abaixo:

Cargo	Nº. de candidatos convocados (ampla concorrência)	Nº. de candidatos convocados (candidatos com deficiência)
Agente Legislativo	200	10
Operador de Áudio e Vídeo	20	01

11.3.1. Os demais candidatos aprovados nas provas objetivas e não convocados para as provas práticas, conforme previsto no item anterior, serão excluídos do Concurso Público.

11.4. Os candidatos inscritos como pessoa com deficiência e aprovados no concurso serão convocados para realizar a prova prática e participarão desta fase conforme o que estabelece o item 5.6, deste Edital, e caso necessário, poderão solicitar condição especial para a realização das provas nos termos do item 3.16 deste Edital.

11.5. O candidato deverá comparecer ao local designado para a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de documento oficial de identidade original.

11.6. As provas práticas buscam aferir a capacidade de adequação funcional e situacional do candidato às exigências e ao desempenho eficiente das atividades.

11.7. A Prova Prática terá **caráter eliminatório** e terá o valor máximo de 100 (cem) pontos.

11.7.1. Será considerado habilitado (APTO) na Prova Prática o candidato que obtiver total de pontos igual ou superior a 50 (cinquenta), exceto para o cargo de Agente Legislativo, que deverá obter, no mínimo, 25 (vinte e cinco) pontos na tarefa em Microsoft Word e, no mínimo, 25 (vinte e cinco) pontos na tarefa em Microsoft Excel para ser considerado habilitado (APTO) na Prova Prática.

11.7.2. A pontuação da prova prática não será somada a da prova objetiva, para fins de classificação.

11.7.3. O candidato que não comparecer para realizar a Prova ou não habilitado na Prova Prática será eliminado do Concurso Público.

11.8. Não haverá segunda chamada ou repetição das provas seja qual for o motivo alegado.

11.9. É vedada a entrada e presença de pessoas ou candidatos que não constem no edital de convocação para a prova prática.

11.10. É vedada a permanência do candidato no local de aplicação após a realização da prova prática, sob pena de eliminação deste concurso.

11.11. Não será permitido aos candidatos a utilização de câmeras, celulares, filmadores e demais aparelhos eletrônicos que possam reproduzir ou transmitir o conteúdo da prova prática, sob pena de eliminação deste concurso.

11.12. Para os cargos de Agente Legislativo e Operador de Áudio e Vídeo, os critérios de avaliação da Prova Prática são:

a) Para os candidatos ao cargo de Agente Legislativo:

TAREFAS	PONTUAÇÃO	TEMPO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO
1- Elaborar (digitar, formatar e salvar) documento, de acordo com o estabelecido pelo INDEPAC. (Microsoft Word 2007, 2010 ou mais recentes)	0 a 50 pontos	30 minutos
2- Elaborar (digitar, formatar e salvar) planilha, de acordo com o estabelecido pelo INDEPAC. (Microsoft Excel 2007, 2010 ou mais recentes)	0 a 50 pontos	

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



TAREFAS	PONTUAÇÃO	TEMPO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO
TOTAL DE PONTOS	100 pontos	

b) Para os candidatos ao cargo de Operador de Áudio e Vídeo:

TAREFAS	PONTUAÇÃO	TEMPO MÁXIMO PARA REALIZAÇÃO
1 - Identificar e relacionar os equipamentos que compõem o sistema de áudio, vídeo e gravação de segurança instalados, explicando suas funções e sugerindo possíveis adequações para o pleno funcionamento.	0 a 20 pontos	20 minutos
2 - Configurar, operar e monitorar sistemas de sonorização e gravação de áudio e vídeo, no ambiente plenário, finalizando com a entrega de um arquivo de áudio, um arquivo de vídeo, já editados, titulados e prontos para armazenamento.	0 a 20 pontos	
3 - Instalar e operar toda estrutura de áudio e vídeo em local onde não haja estrutura.	0 a 20 pontos	
4 - Identificar, apurar e apresentar soluções para possíveis problemas no sistema de áudio e vídeo.	0 a 20 pontos	
5 - Realizar busca de imagens no sistema de segurança, extrair e gerar arquivo em mídia específica.	0 a 20 pontos	
TOTAL DE PONTOS	100 pontos	

11.13. A prova prática do cargo de Agente Legislativo terá a duração total de 30 (trinta) minutos e será aplicada conforme segue:

11.13.1. As especificações dos equipamentos a serem utilizados na prova prática são: Notebook Core I3 ou Versão Superior, com 4GB de Memória DDR3, Hard Disk 320GB, Tela 14", Windows 7 Professional, com utilização de Teclado ABNT-2 (Português) e Mouse USB.

11.13.2. Para a execução da tarefa em Microsoft Word, será indicado um texto contendo de 550 (quinhentos e cinquenta) a 650 (seiscentos e cinquenta) caracteres, que deverá ser digitado e formatado pelo candidato, de acordo com as instruções a serem entregues pelo Avaliador antes do início da prova. Nessas instruções estarão contidas especificações como tipo e tamanho de fonte, tamanho da página, espaçamentos de parágrafo, margens, tabulação etc.

11.13.2.1. Na tarefa em Microsoft Word, que tem o valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, será descontado 1 (um) ponto para cada erro de digitação ou de formatação como tipo e tamanho de fonte, tamanho da página, espaçamentos de parágrafo, margens, tabulação etc.

11.13.3. Para a execução da tarefa em Microsoft Excel, será indicada uma tabela e um gráfico, que deverá ser reproduzida e formatada pelo candidato, de acordo com as instruções a serem entregues pelo Avaliador antes do início da prova, inclusive com utilização de fórmula, também, constante nas instruções preliminares. Nessas instruções estarão contidas especificações como tipo e tamanho de fonte, tamanho da página, tipo do cálculo com respectiva fórmula, tipo do gráfico etc.

11.13.3.1. Na tarefa em Microsoft Excel, que tem um valor máximo de 50 (cinquenta) pontos, será descontado 1 (um) ponto para cada erro de digitação ou de formatação. A não utilização da fórmula correta acarretará na perda de 10 (dez) pontos. A não elaboração do gráfico ou a sua elaboração de forma incorreta ou parcial acarretará a perda de 25 (vinte e cinco) pontos.

11.13.4. Dentro do tempo total de prova (30 minutos), o candidato deverá criar uma pasta e nomeá-la com seu nome completo no Desktop (Área de Trabalho) do Notebook, salvando ambos os arquivos, também nomeados com seu nome, dentro dela.

11.14. A prova prática do cargo de Operador de Áudio e Vídeo terá a duração total de 20 (vinte) minutos e as especificações dos equipamentos a serem utilizados na prova prática são: Mesa de Som Yamaha LS9 32 Canais - Digital, Switcher Atem Television Production Studio - Blackmagic Design, Filmadora Panasonic HC-X1000 4K.

12. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

12.1. A nota final de cada candidato será IGUAL:

a) ao somatório de pontos obtidos na prova Objetiva e Dissertativa, acrescido dos pontos obtidos na prova de títulos para o cargo de Procurador Legislativo;

b) ao total de pontos obtidos na prova Objetiva, acrescido dos pontos obtidos na prova de títulos para o cargo Oficial de Contabilidade;

c) ao total de pontos obtidos na prova objetiva para todos os demais cargos.

12.2. Os candidatos serão classificados por ordem decrescente, da Nota Final, em lista de classificação, por opção de cargo.

12.3. Serão elaboradas duas listas de classificação, uma geral com a relação de todos os candidatos, incluindo os candidatos com deficiência e uma especial, com a relação apenas dos candidatos com deficiência.

12.4. O resultado provisório do Concurso Público será publicado no Diário Oficial do Município e divulgado na Internet nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br, cabendo recurso nos termos do Capítulo 13. Dos Recursos deste Edital.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



12.5. Após o julgamento dos recursos, eventualmente interpostos, será divulgada a lista de Classificação Final, não cabendo mais recursos.

12.6. A lista de Classificação Final será divulgada no Diário Oficial do Município e divulgado na Internet nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br.

12.6.1. Serão publicados na Imprensa Oficial do Município de Guarujá apenas os resultados dos candidatos que lograram classificação no Concurso Público.

12.6.2. O resultado geral final do Concurso Público poderá ser consultado no endereço eletrônico <http://www.indepac.org.br/concursos/>, pelo prazo de 3(três) meses e no endereço eletrônico www.camaraguaruja.sp.gov.br, a contar da data de sua publicação.

12.7. No caso de igualdade na classificação final, dar-se-á preferência sucessivamente ao candidato que:

12.7.1. Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, até o último dia de inscrição neste Concurso Público, conforme artigo 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso – Lei Federal nº 10.741/03;

12.7.2. Obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

12.7.3. Apresentar o maior número de dependentes, nos termos da legislação aplicável ao Regime Geral de Previdência Social;

12.7.4. Tiver maior idade, para os candidatos não alcançados pelo Estatuto do Idoso;

12.8. Persistindo o empate, mesmo após aplicados os respectivos critérios de desempate previstos no item 12.7 e subitens deste Capítulo, deverá ser feito sorteio na presença dos candidatos envolvidos por cargo.

12.9. A classificação no presente Concurso Público não gera aos candidatos direito à nomeação para o cargo, cabendo a **Câmara Municipal de Guarujá** o direito de aproveitar os candidatos aprovados em número estritamente necessário, não havendo obrigatoriedade de nomeação de todos os candidatos aprovados no Concurso Público, respeitada sempre, a ordem de classificação, bem como não lhes garante escolha do local de trabalho.

13. DOS RECURSOS

13.1. O candidato que desejar interpor recurso em face dos atos previstos no presente Edital disporá de 2 (dois) dias úteis para fazê-lo, com início no dia útil seguinte à publicação do edital do evento, conforme segue:

- a) Divulgação do edital de abertura;
- b) Divulgação do indeferimento de isenção;
- c) Divulgação do indeferimento de inscrição;
- d) Divulgação do indeferimento da concorrência nas vagas reservadas às pessoas com deficiência;
- e) Divulgação do indeferimento da solicitação de condição especial;
- f) Divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva;
- g) Divulgação das notas da prova escrita objetiva;
- h) Divulgação das notas da prova escrita dissertativa;
- i) Divulgação das notas de títulos;
- j) Divulgação do resultado da prova prática;
- l) Divulgação da classificação preliminar.

13.1.1. Todos os recursos deverão ser interpostos em até 2 (dois) dias úteis, a contar da divulgação, por edital, de cada evento.

13.1.2. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.

13.2. Para recorrer, o candidato deverá utilizar o endereço eletrônico da empresa realizadora do certame <http://www.indepac.org.br/concursos/>, acessar a área da **Câmara Municipal de Guarujá – Edital Nº 01/2018 (Concurso Público)** e seguir as instruções ali contidas.

13.3. Somente serão apreciados os recursos interpostos dentro do prazo pré-estabelecido e que possuírem fundamentação e argumentação lógica e consistente que permita sua adequada avaliação.

13.4. Não serão aceitos recursos interpostos por fax, e-mail, telegrama ou outro meio que não seja o especificado no item 13.2.

13.5. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

13.6. Admitir-se-á um único recurso por candidato, para cada evento. Em caso de recurso referente ao gabarito, o candidato poderá interpor um recurso por questão.

13.6.1. O recurso deverá ser individual, devidamente fundamentado e conter a identificação do Concurso, nome do candidato, número de inscrição, cargo, o questionamento, tipo de prova e o número da questão (se for o caso).

13.7. Recebido o recurso, o **INDEPAC** decidirá pelo provimento ou não do ato recorrido, dando-se ciência da referida decisão ao interessado por meio do endereço eletrônico <http://www.indepac.org.br/concursos/>, na área da **Câmara Municipal de Guarujá – Edital Nº 01/2018 (Concurso Público)**.

13.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recurso, recursos de recursos e recurso de gabarito oficial definitivo.

13.9. Se do exame de recursos contra questões da Prova Objetiva resultar sua anulação, a pontuação correspondente à questão será atribuída a todos os candidatos que ainda não tiveram acumulado a mesma na sua pontuação final da prova objetiva, independentemente de terem recorrido ou não.

13.9.1. Caso haja procedência de recurso interposto dentro das especificações, poderá, eventualmente, haver alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para aprovação.

13.10. Depois de julgados todos os recursos apresentados, será publicado o resultado final do respectivo Concurso Público, com as alterações ocorridas em face do disposto no item 13.9.

13.11. A Banca Examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

14. DA NOMEAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



- 14.1. A nomeação dos candidatos obedecerá rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados, observada a necessidade da **Câmara Municipal de Guarujá** e o limite fixado pela Constituição e Legislação Federal com despesa de pessoal.
- 14.2. A aprovação e a classificação final geram, para o candidato, apenas a expectativa de direito à nomeação. A **Câmara Municipal de Guarujá** reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, dentro do prazo de validade do Concurso Público.
- 14.2.1. Após a posse, os candidatos serão submetidos a estágio probatório.
- 14.3. A escolha do local de trabalho atenderá as necessidades da **Câmara Municipal de Guarujá**.
- 14.4. A convocação será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico www.camaraguaruja.sp.gov.br, podendo, ainda, ser por correspondência com AR e/ou por telefone e/ou por e-mail, devendo o candidato apresentar-se à **Câmara Municipal de Guarujá** no prazo estabelecido.
- 14.4.1. O envio de correspondência terá caráter meramente supletivo e o seu não recebimento pelo candidato, por qualquer razão, não implicará a constituição de direito, bem como não o isentará de sua obrigação de acompanhar as publicações oficiais de convocação.
- 14.5. Os candidatos, no ato da posse, deverão apresentar os originais e cópia simples dos documentos discriminados a seguir: Certidão de Nascimento (quando solteiro) ou Casamento (quando casado); Título de Eleitor; Certidão de quitação eleitoral emitida por meio do site www.tre.sp.gov.br; Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, quando do sexo masculino; Cédula de Identidade – RG ou RNE; 1 (uma) foto 3x4 recente, colorida e com o fundo branco; Inscrição no PIS/PASEP ou declaração de firma anterior, informando não haver feito o cadastro; Cadastro de Pessoa Física – CPF; Comprovante de Residência (com data de até 3 meses da data da apresentação); Comproverantes de escolaridade requeridos pelo cargo; Comprovante do Registro e de regularidade junto ao órgão de fiscalização profissional; Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando possuir; Certidão de Nascimento dos Filhos entre 14 e 24 anos com Declaração Escolar Universitária ou Ensino Médio ou Escola Técnica de 2º grau para dedução de IRRF; Caderneta de Vacinação dos filhos menores de 7 anos; Certidão negativa de Distribuições/ Antecedentes Criminais (dos últimos 5 anos) com data de emissão de até 60 (sessenta) dias da apresentação; Certidão negativa de Distribuição Estadual Cível (do estado de São Paulo e do estado de residência do candidato, caso seja outro) com data de expedição de até 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação; da data de Certidão expedida pelo órgão competente, se o candidato foi servidor público, afirmando que não sofreu qualquer penalidade no desempenho do serviço público; e outros documentos necessários, solicitados pelo Departamento Pessoal da Câmara Municipal de Guarujá, no momento da convocação.
- 14.5.1. No ato da posse, o candidato deverá declarar, sob as penas da lei, se exerce ou não, outro cargo, função ou emprego público remunerado, em outro órgão público da administração pública direta ou indireta de qualquer ente federativo, e se é aposentado por regime próprio de previdência social em âmbito municipal, estadual ou federal.
- 14.5.2. Caso haja necessidade, a **Câmara Municipal de Guarujá** poderá solicitar outras declarações, documentos complementares e diligências.
- 14.5.3. Não serão aceitos, no ato da posse, protocolos ou cópias dos documentos exigidos. As cópias somente serão aceitas se estiverem acompanhadas do original.
- 14.6. Obedecida à ordem de classificação, os candidatos convocados e que comprovarem os requisitos mínimos da forma definida neste Edital, serão submetidos a exame-médico, que avaliará sua capacidade física e mental no desempenho das tarefas pertinentes ao cargo a que concorrem.
- 14.6.1. As decisões do Serviço Médico indicado pela **Câmara Municipal de Guarujá**, de caráter eliminatório para efeito de posse, são soberanas, assegurado o contraditório e a ampla defesa do candidato.
- 14.7. O não comparecimento ao exame médico admissional, bem como à posse, nas datas agendadas pela **Câmara Municipal de Guarujá** caracterizarão sua desistência e consequente eliminação do concurso.
- 14.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e aqueles determinados pela **Câmara Municipal de Guarujá** acarretarão na exclusão do candidato deste concurso.
- 14.9. O candidato que não comparecer à **Câmara Municipal de Guarujá**, no prazo estabelecido ou, ainda, que manifestar sua desistência por escrito será considerado desclassificado, perdendo os direitos decorrentes de sua classificação no concurso.
- 14.10. O candidato que não comprovar os requisitos mínimos será eliminado deste Concurso Público, não cabendo recurso.
- 14.11. O candidato classificado no Concurso Público que não aceitar a vaga para a qual foi convocado será eliminado do concurso.
- 14.12. No caso de desistência do candidato selecionado, quando convocado para uma vaga, o fato será formalizado pelo mesmo por meio de Termo de Desistência.
- 14.13. O candidato classificado se obriga a manter atualizado o endereço perante a **Câmara Municipal de Guarujá**, conforme o disposto nos itens 15.8 e 15.9 do Capítulo 15 deste Edital.
- 14.14. Não poderá ser admitido o candidato habilitado que fizer, em qualquer documento, declaração falsa, inexata para fins de posse, não possuir os requisitos mínimos exigidos ou não comprovar as condições estabelecidas no capítulo 2 deste Edital, na data estabelecida para apresentação da documentação.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1. As convocações, avisos, resultado provisório e outras informações referentes exclusivamente às etapas do presente Concurso Público até o ato de homologação do certame serão publicados no Diário Oficial do Município e divulgados na Internet nos endereços eletrônicos www.camaraguaruja.sp.gov.br e <http://www.indepac.org.br/concursos/>. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Concurso Público.
- 15.1.1 Após a homologação do certame as convocações para a realização de exame médico pré-admissional e entrega de documentos serão divulgadas, exclusivamente, no Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico www.camaraguaruja.sp.gov.br.
- 15.1.2. Após o ato de homologação deste concurso público, eventuais questionamentos SOMENTE poderão ser interpostos junto ao Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Guarujá/SP, localizado a Avenida Leomil, 291 – Centro - Guarujá/SP, das 9h às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.
- 15.2. Serão divulgados apenas os resultados dos candidatos que lograrem classificação no Concurso Público.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



15.3. A **Câmara Municipal de Guarujá** e o **INDEPAC** se eximem das despesas com viagens e estadia dos candidatos em quaisquer das fases do Concurso Público.

15.4. A aprovação no Concurso Público não gera direito à nomeação, mas esta, quando se fizer, respeitará a ordem de classificação final.

15.5. A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificadas a qualquer tempo, em especial na ocasião da posse, acarretarão a nulidade da inscrição e desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

15.6. Caberá à **Câmara Municipal de Guarujá** a homologação dos resultados finais do Concurso Público.

15.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da respectiva providência ou evento, circunstância que será mencionada em Edital a ser publicado no Diário Oficial do Município, bem como divulgado na Internet, nos endereços eletrônicos <http://www.indepac.org.br/concursos/> e www.camaraguaruja.sp.gov.br.

15.8. O candidato se obriga a manter atualizado o endereço perante o **INDEPAC**, situado à Rua Perdões, 101 - Aclimação - São Paulo - SP, CEP 01529-030, até a data de publicação da homologação dos resultados e, após esta data, junto ao Departamento Administrativo e Departamento Pessoal da **Câmara Municipal de Guarujá**, situado a Avenida Leomil, 291 - Centro - Guarujá/SP, pessoalmente (munido de documento de identificação original com foto).

15.9. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Concurso Público, para viabilizar eventuais contatos necessários.

15.10. A **Câmara Municipal de Guarujá** e o **INDEPAC**, não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

15.10.1. Endereço não atualizado.

15.10.2. Endereço de difícil acesso.

15.11. As despesas relativas à participação do candidato no Concurso Público e à apresentação para posse e exercício correrão às expensas do próprio candidato.

15.12. A **Câmara Municipal de Guarujá**, por decisão motivada e justificada, poderá revogar ou anular o presente Concurso Público, no todo ou em parte, bem como alterar os quantitativos de vagas constantes no Capítulo 1 deste Edital.

15.13. A **Câmara Municipal de Guarujá** e o **INDEPAC**, não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso Público.

15.14. Todos os cálculos de notas descritos neste edital serão realizados com duas casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a terceira casa decimal for maior ou igual a cinco.

15.15. A legislação indicada no Anexo I – PROGRAMA inclui eventuais alterações posteriores, ainda que não expressamente mencionadas. Considerar-se-á, para efeito de aplicação e correção das provas, a legislação vigente até a data de publicação deste Edital.

15.16. Não serão admitidas inscrições de candidatos que possuam com qualquer dos membros do quadro societário da empresa contratada para aplicação e correção do presente certame a relação de parentesco definida e prevista nos artigos 1591 a 1595 do Código Civil, valorizando-se assim os princípios de moralidade e impessoalidade que devem nortear a Administração Pública. Constatada a tempo será a inscrição indeferida pela Comissão Organizadora e, posterior à homologação será o candidato eliminado do Concurso Público, sem prejuízo de responsabilidade civil, penal e administrativa.

15.17. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da análise definitiva dos Atos de Admissão pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e não havendo óbice administrativo, judicial ou legal, é facultada a incineração dos registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Concurso Público, os registros eletrônicos a ele referentes.

15.18. A realização do Concurso Público será feita sob exclusiva responsabilidade do **INDEPAC**, não havendo o envolvimento na realização e avaliação de suas etapas, de recursos humanos da **Câmara Municipal de Guarujá**.

15.19. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Executiva do Concurso Público da **Câmara Municipal de Guarujá** e pelo **INDEPAC**, no que tange a realização deste Concurso Público.

Guarujá, 21 de fevereiro de 2018.

EDILSON DIAS DE ANDRADE
Presidente da Câmara Municipal de Guarujá/SP

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



ANEXO I – PROGRAMA

ENSINO MÉDIO

PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO
LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sintaxe. Crase.

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema. Raciocínio lógico. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume.

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

MS-Windows 7 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010 ou versões mais recentes. **MS-Word 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. **MS-Excel 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtros e classificação de dados. **Correio Eletrônico:** comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. **Internet:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, vírus, busca e impressão de páginas.

PARA O CARGO DE AGENTE LEGISLATIVO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de rotinas da área administrativa. Ética profissional e sigilo profissional. Redação Oficial: Manual de Redação da Presidência da República. Formas de tratamento e abreviação mais utilizadas. Noções de arquivologia. Arquivística: princípios e conceitos. Legislação arquivística. Gestão de documentos. Protocolo: recebimento, registro, distribuição, tramitação e expedição de documentos. Arquivamento de documentos: Classificação de documentos de arquivo. Arquivamento e ordenação de documentos de arquivo. Tabela de temporalidade de documentos de arquivo. Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo. Preservação e conservação de documentos de arquivo. Triagem e eliminação de documentos e processos. Digitalização de documentos. Controle de qualidade da digitalização. Acesso à Informação: Lei nº 12.527/2011. Lei de Responsabilidade Fiscal arts. 01º ao 28º arts. 32º ao 33º arts. 38º arts. 41º ao 75º.

PARA O CARGO DE OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conhecimentos acerca de sonorização; montagem e operação de sistemas de som (inclusive com trabalhos em altura); de tipos de arranjo de caixas de som (cabos, conexões, disposições surround, monitores de retorno e similares). Operação de mesas de som digitais e analógicas, suas funções, equalização e efeitos. Utilização, manuseio e características de microfones. Instalação e operação de sistemas simples de projeção (microcomputador ou notebook e projetor multimídia), detecção de problemas e tipos de cabos e conexões mais utilizados. Operação e manutenção preventiva de equipamentos de audiovisual (retroprojetor, projetor de slides, projetor multimídia, gravação com câmera de vídeo, utilização de vídeo e DVD player, mesa de som). Segurança no trabalho. Ética profissional e sigilo profissional.

ENSINO SUPERIOR

PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de Texto. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras. Ortografia Oficial. Pontuação. Acentuação. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações). Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Sintaxe. Crase.

PARA O CARGO OFICIAL DE CONTABILIDADE

MATEMÁTICA

Resolução de situações-problema. Raciocínio lógico. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades. Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Sistema de Medidas Legais. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume.

CONHECIMENTOS EM INFORMÁTICA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



MS-Windows 7 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2010 ou versões mais recentes. **MS-Word 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto. **MS-Excel 2010 ou versões mais recentes:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtros e classificação de dados. **Correio Eletrônico:** comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos. **Internet:** barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, vírus, busca e impressão de páginas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade: princípios e convenções. Escrituração: contábil e conciliação de contas, conceitos básicos de ativo, passivo, receita, despesa, investimento. Sistema de Análise de Apuração de Custos. Conceitos básicos de custo. Contabilidade Geral. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Princípios fundamentais da contabilidade. Plano de contas. Procedimentos básicos de escrituração. Livros obrigatórios e auxiliares. Procedimentos contábeis diversos. Correção monetária de balanço. Depreciação. Amortização. Apuração de resultado. Demonstrações Contábeis. Determinação de índices e quocientes e interpretação. Conciliação e análise de contas patrimoniais e de resultado. Correção integral. Contabilidade em moeda constante. Estrutura e conceitos básicos de contabilidade de custo. Legislação Tributária/Fiscal. Tributos fiscais. Tributos sobre o faturamento, base de cálculo, alíquotas e escrituração fiscal. Regulamento de Imposto de Renda – Pessoa jurídica. Contabilidade Pública: princípios orçamentário, financeiro e patrimonial. Classificação e estruturação orçamentária. Execução orçamentária. Auditoria: noções básicas de auditoria independente e interna. Natureza e campo de atuação da auditoria. Pareceres de auditoria. Controles internos. Testes e procedimentos de auditoria. Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal: responsabilidade da Gestão fiscal: órgãos obrigados, equilíbrio das contas públicas, planejamento e transparência, metas e limites. Receita corrente líquida (conceito). L.D.O. e a Lei Orçamentária Anual. Execução orçamentária e cumprimento das metas. Receita pública. Despesa pública: tipos de despesa, restrições e limites. Transferência de recursos públicos para o setor privado. Endividamento: dívida pública fundada, dívida mobiliária, contratações de operações de crédito, operações de crédito por antecipação de receita, concessão de garantias, restos a pagar, limites e restrições. A gestão patrimonial. Transparência, controle e fiscalização: instrumentos de transparência, prestação de contas, relatório da gestão fiscal, órgãos encarregados pela fiscalização, principais pontos de fiscalização. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (e alterações). Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (e alterações). Lei Federal nº 4.320/64 e suas atualizações. Lei Complementar nº 101/2000 (e alterações). Código Tributário Municipal.

PARA O CARGO DE PROCURADOR LEGISLATIVO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional:

Constituição Federal de 1988: conceito e conteúdo, leis constitucionais, complementares e ordinárias. Da Ordem Social. Posição do Município na Federação Brasileira, criação e organização dos Municípios. Autonomia municipal: as leis orgânicas municipais. Intervenção nos Municípios. Separação dos poderes, delegação. Poder Legislativo: composição e atribuições. Processo legislativo. Poder Executivo: composição e atribuições. Direitos e garantias individuais e coletivas. Remédios constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança, ação popular, mandado de injunção, direito de petição. Controle de constitucionalidade das leis, sistemas, controle jurisdicional, efeitos. Inconstitucionalidade das leis: declaração e não cumprimento de leis inconstitucionais. Eficácia, aplicação, interpretação e integração das normas constitucionais, leis complementares à Constituição. Regime jurídico dos servidores públicos civis. Princípios constitucionais do orçamento. Bases e valores da ordem econômica e financeira. Política urbana: bases constitucionais do direito urbanístico. Dos Direitos Políticos. Lei da Transparência n.º 12.527/2011.

Direito Administrativo:

Controle interno e externo da Administração Pública (Tribunal de Contas e Judiciário). Administração Pública: conceito, órgão da administração; hierarquia. Serviço Público: conceito, classificação, formas de prestação. Atos administrativos: validade e invalidade, anulação e revogação, controle jurisdicional dos atos administrativos. Atos administrativos: discricionariedade e vinculação, desvio de poder. Procedimento administrativo: conceito, princípios, requisitos, objetivos e fases. Licitação: natureza jurídica, finalidades. Licitação: dispensa e inexigibilidade. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades, espécies. Bens públicos: regime jurídico e classificação. Bens públicos: formas de utilização, concessão, permissão e autorização de uso; alienação. Agentes públicos. Servidores públicos: conceito, categorias, direitos e deveres. Responsabilidade dos agentes públicos: civil, administrativa e criminal. Processo administrativo disciplinar. Desapropriação: noção, desapropriação por utilidade pública, necessidade pública, interesse social. Limitações administrativas. Função social da propriedade. Responsabilidade civil do estado, responsabilidade dos agentes públicos. Lei n.º 8.666/93. Lei n.º 8.429/92. Decreto-Lei n.º 201/67.

Direito Civil:

Lei, espécies, eficácia no tempo e no espaço, retroatividade e irretroatividade das leis, interpretação, efeitos, solução de conflitos intertemporais e espaciais de normas jurídicas. Das pessoas: conceito, espécies, capacidade, domicílio. Fatos Jurídicos. Ato jurídico: noção, modalidades, formas extrínsecas, pressupostos da validade, defeitos, vícios, nulidades. Ato ilícito. Negócio jurídico. Prescrição e decadência. Bens: das diferentes classes de bens. Da posse e sua classificação: aquisição, efeitos, perda e proteção possessória. Da propriedade em geral: propriedade imóvel, formas de aquisição e perda; condomínio em edificações. Direito do autor: noções gerais, direitos morais e patrimoniais, domínio público, relações do Estado com o Direito do Autor. Dos direitos reais sobre coisas alheias: disposições gerais, servidões, usufruto, penhor, hipoteca. Dos direitos de vizinhança, uso nocivo da propriedade. Dos registros públicos. Das obrigações: conceito, estrutura, classificação e modalidades. Efeitos, extinção e inexecução das obrigações. Dos contratos: disposições gerais. Dos contratos bilaterais, da evicção. Das várias espécies de contratos: da compra e venda, da locação, do depósito. Enriquecimento sem causa. Da responsabilidade civil do particular. Direito material ambiental.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



Direito do Consumidor:

Lei n.º 8.078/90 e princípios constitucionais e processuais que regem a matéria.

Direito Processual Civil:

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. "Das normas processuais civis: das normas processuais civis. Da função jurisdicional: Da jurisdição e da ação, Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional. Competência interna. Das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Do juiz e dos auxiliares de justiça. Do Ministério Público. Da advocacia pública. Da defensoria pública. Dos atos processuais: da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Da comunicação dos atos processuais. Das nulidades. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. Da tutela provisória: disposições gerais, tutela de urgência, tutela de evidência. Da formação suspensão e extinção do processo. Procedimento de conhecimento e cumprimento de sentença. Dos procedimentos especiais. Do Processo de Execução. Da ordem dos processos e dos processos de competência originária dos tribunais. Dos recursos. E Disposições finais e transitórias.

Direito Tributário:

Definição e conteúdo do direito tributário, noção de tributo e suas espécies. O imposto, a taxa e a contribuição de melhoria; outras contribuições. Fontes secundárias do Direito Tributário: decretos regulamentares, as normas complementares a que se refere o artigo 100 do Código Tributário Nacional. O Sistema Constitucional Tributário Brasileiro, competências tributárias, discriminação das receitas tributárias, limitações constitucionais ao poder de tributar. O fato gerador da obrigação tributária. Obrigação tributária principal e acessória, hipótese de incidência e fato impositivo. Capacidade tributária. Sujeito ativo da obrigação tributária, parafiscalidade. Sujeito passivo da obrigação tributária, direto e indireto. Imunidade e isenção tributária, anistia. O crédito tributário, constituição do crédito tributário; lançamento, definição, modalidade e efeitos do lançamento; suspensão do crédito tributário, modalidades; extinção do crédito tributário, modalidades; exclusão do crédito tributário. Dívida ativa, inscrição do crédito tributário, requisitos legais dos termos de inscrição, presunção de certeza e liquidez da dívida inscrita, emendas e substituições de certidão de dívida ativa. Infrações e sanções tributárias. Conceito e natureza jurídica do ilícito tributário e dos crimes tributários. Tutela tributária: procedimento administrativo tributário e processo judicial tributário. A execução fiscal. Mandado de segurança, ação anulatória de débito fiscal, ação de repetição de indébito tributário, ação de consignação em pagamento, ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária. Ação cautelar fiscal. Tributos municipais.

Direito Financeiro:

Lei Federal n.º 4.320/64 e suas atualizações. Lei n.º 8.666/93. Lei Complementar n.º 101/2000. Lei n.º 10.520/2002.

Direito Penal:

Código Penal: Dos Crimes contra a Administração Pública; Dos Crimes contra a Fé Pública; Dos Crimes praticados por particular contra a Administração em geral; Dos Crimes contra a Incolumidade Pública; Da Aplicação da Lei Penal.

Direito Eleitoral:

Direitos Políticos. Direitos fundamentais e direitos políticos. Privação dos direitos políticos. Direito Eleitoral – Conceito e fundamentos. Sufrágio. Plebiscito e Referendo. Justiça Eleitoral e o controle da legalidade das eleições. Alistamento eleitoral. Elegibilidade. Partidos políticos. Filiação e Fidelidade partidária. Financiamento dos partidos políticos, controle de arrecadação e prestação de contas. Contenção ao poder econômico e ao desvio e abuso do poder político. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais; Crimes eleitorais.

Tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos:

Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em juízo: princípios gerais. Meio Ambiente e Urbanismo. Bem jurídico ambiental. Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência, licenciamento, responsabilidade administrativa. Tutela e responsabilidade civil do ambiente. Participação popular na proteção do ambiente. Legislação ambiental, de parcelamento do solo e da cidade, Código Florestal, Política Nacional dos Recursos Hídricos, Política Nacional de Resíduos Sólidos. Idoso. Pessoa com deficiência. Inclusão social. Saúde Pública. Assistência Social. Educação. Serviços de relevância pública. Acessibilidade. Pessoas portadoras de transtornos mentais. Igualdade Racial. Lei n.º 9.394/96. Lei n.º 7.853/1989. Lei n.º 9.795/99. Lei n.º 10.098/2000. Lei n.º 10.436/2002. Lei n.º 12.764/2012. Dec. N.º 186/2008 – Aprova o Texto da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Dec. N.º 6.949/2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Lei n.º 9.605/98. Lei n.º 12.651/2012.

Legislação Municipal:

Lei Orgânica do Município (somente os artigos 10, 11, 14, 14 – A, 15, 21, 23, 23 – A, 23 – B, 23 – C, 23 – D, 24, 24 – A, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 35 – A, 35 – B, 35 – C, 35 – D, 35 – E, 35 – F, 35 – G, 35 – H, 35 – I, 35 – J, 35 – K, 36, 36 – A, 37, 38, 42, 42 – A, 42 – B, 42 – C, 42 – D, 42 – E, 42 – F, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 90, 90 – A, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 100 – A, 100 – B, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 134, 137, 138, 150, 150 – A, 151, 152, 153, 154 – A, 154 – B, 154 – C, 154 – D, 156, 169 – B, 170, 174, 175, 176, 180, 181 e 182).

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



ANEXO II

**FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA /
SOLICITAÇÃO PARA CONDIÇÃO ESPECIAL**

Concurso Público nº 01/2018- Câmara Municipal de Guarujá

NOME DO CANDIDATO:

INSCRIÇÃO:

RG:

CARGO:

TELEFONE:

CANDIDATO(A) POSSUI DEFICIÊNCIA? **SIM** **NÃO**

Se sim, especifique a deficiência: _____

Nº do CID: _____

Nome do médico que assina do Laudo: _____

Nº do CRM: _____

NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA? **SIM** **NÃO**

- SABATISTA (GUARDA O SÁBADO)
- SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TÉRREO COM RAMPA)
- MESA PARA CADEIRANTE
- SANITÁRIO ADAPTADO PARA CADEIRANTE
- LEDOR
- TRANSCRITOR
- PROVA EM BRAILE
- PROVA COM FONTE AMPLIADA (FONTE TAMANHO 24)
- INTERPRETE DE LIBRAS
- OUTRA. QUAL? _____

Guarujá, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do(a) candidato(a)

Este formulário e o original ou cópia autenticada do respectivo Laudo Médico deverão ser encaminhados via Sedex ou carta com aviso de recebimento para o INDEPAC, localizado na Rua Perdões, 101 - Aclimação - São Paulo - SP, CEP 01529-030, até o último dia do período de inscrição, conforme disposto no Capítulo 5 do Edital.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



ANEXO III

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO
Concurso Público nº 01/2018 – Câmara Municipal de Guarujá

NOME DO CANDIDATO:	
INSCRIÇÃO:	
CPF:	
RG:	
CARGO:	
TELEFONE:	

Assinale a condição para solicitação da isenção da taxa de inscrição:

1) Estou cadastrado(a) no Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea - REDOME (nos termos do subitem 4.1.1 do edital do concurso) - (Lei Municipal nº 4.448/17)

2) Estou inscrito no CadÚnico e, cumulativamente, possuo renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos ou renda familiar per capita de até meio salário mínimo mensal (nos termos do subitem 4.1.2 do edital do concurso) - (Decreto Federal nº 6.593/08)

Caso o candidato tenha selecionado a condição "2" acima, deverá preencher as duas informações abaixo:

Nº DO NIS: _____

NOME COMPLETO DA MÃE (sem abreviação): _____

DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS CANDIDATOS QUE SOLICITAREM A ISENÇÃO DA TAXA

Eu, _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, venho por meio desta, requerer isenção da taxa de inscrição amparado pelas disposições constantes no Capítulo 4 do Edital deste certame.

Declaro, sob as penas da Lei, e, para os devidos fins, que me enquadro nas **NORMAS PARA OBTENÇÃO DA ISENÇÃO DA TAXA** pela legislação do município de Guarujá/SP ou pelo disposto no subitem 4.1.2, do Edital deste certame, que as informações apresentadas por mim são verdadeiras e que estou ciente de que se for constatado omissão de informações e (ou) apresentação de informações inverídicas e (ou) falsificação e (ou) fraude da documentação por mim apresentada, será considerada nula a isenção de pagamento de taxa de inscrição, bem como estarei sujeito às penalidades da Lei.

Declaro, ainda, que se deferida a minha solicitação de isenção da taxa de inscrição no Concurso para a opção indicada acima, estou ciente de que a mesma representa a formalização da minha inscrição. Firmo, através da presente, minha aceitação e tácita ciência das normas e condições estabelecidas no Edital, sobre as quais não poderei alegar desconhecimento.

Guarujá, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do(a) candidato(a)

Este formulário e a respectiva documentação comprobatória deverão ser encaminhados via Sedex ou carta com aviso de recebimento para o INDEPAC, localizado na Rua Perdões, 101 - Aclimação - São Paulo - SP, CEP 01529-030, até o dia **20 de março de 2018**, conforme disposto no Capítulo 4 do Edital.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Agente Legislativo - Conhecimento de redação oficial; considerável conhecimento de língua portuguesa e matemática; capacidade para executar e conferir trabalhos de digitação; elaboração de relatórios; manuseio, organização e guarda de documentação física, bem como cadastramento e conversão para banco de dados digital; dar o trâmite pertinente a toda documentação protocolada em Sessões Ordinárias e Extraordinárias; noções gerais de contabilidade pública; operação de microcomputador e seus periféricos, bem como, os demais equipamentos que o utilizem como meio operacional ou de controle; operação de arquivo digital.

Oficial de Contabilidade - Possuir conhecimento das matérias dispostas nas Leis nº 4.320/64, 8.666/93, 8.883/98 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000); participar da elaboração do Orçamento da Câmara Municipal de Guarujá; possuir conhecimento sobre contabilidade pública; participar da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias; elaboração de relatórios de controle de despesas; atendimento de requerimentos dos Vereadores no tocante às despesas diversas do Legislativo; operação de microcomputador e calculadoras científicas financeiras.

Operador de Áudio e Vídeo - Operar os equipamentos analógicos e digitais de áudio da Câmara Municipal de Guarujá e os equipamentos da rede de som ambiente do prédio (amplificadores, processadores de sinal, mesa de som e gravadores); conhecimentos nas áreas de acústica, microfonação, processamento de sinais, gravação, edição e armazenamento digital de áudio; operar os equipamentos analógicos e digitais de vídeo utilizados na edição e gravação das Sessões Legislativas Ordinárias, Extraordinárias e Solenes; conhecimentos na área de gravação, edição e armazenamento digital de vídeo (criar e editar DVD); operar os equipamentos de vídeo que compõem o Circuito Fechado de TV (câmeras, processadores de sinal e gravadores); cuidar da conservação dos equipamentos de áudio e vídeo.

Procurador Legislativo - Representar e defender a Câmara Municipal de Guarujá nas questões judiciais, em qualquer juízo, tribunal ou repartição pública, atuando nos feitos de modo geral em que a mesma tenha interesse, por designação do Presidente da Câmara Municipal de Guarujá; habilidade para interpor recursos judiciais contra decisões desfavoráveis à Câmara; prestar assessoramento jurídico, quando determinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Guarujá; elaborar documentos de natureza jurídica de interesse da Câmara Municipal de Guarujá; possuir conhecimento dos dispositivos constitucionais federativos e estadual, referente à Administração Municipal; conhecimento de toda legislação municipal com ênfase à Lei Orgânica do Município de Guarujá e ao Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarujá; pleno conhecimento sobre legislação, em especial nas áreas de Direito Constitucional, Cível, Eleitoral, Penal, Previdenciário, Administrativo, Tributário Municipal, Trabalhista, Processo Civil e Processo Legislativo; aprovação de editais de concursos e licitações, minutas de contratos e atos administrativos; elaborar pareceres sobre questões atinentes aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



ANEXO V

FORMULÁRIO PARA ENVIO DE TÍTULOS

Concurso Público nº 01/2018– Câmara Municipal de Guarujá

NOME DO CANDIDATO:	
INSCRIÇÃO:	
RG:	
CARGO:	
TELEFONE:	

Relacione abaixo os títulos enviados:

Somente serão pontuados os documentos constantes da relação acima e que estiverem **autenticados em cartório**, conforme solicitado neste Edital. O envio destes documentos é de inteira responsabilidade do candidato.

Guarujá, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do candidato

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



ANEXO VI

CRONOGRAMA PREVISTO

Os períodos estabelecidos neste cronograma, inclusive a data da prova, poderão ser alterados durante o concurso, havendo publicação oficial no Diário Oficial do Município e divulgados na Internet nos endereços eletrônicos www.camaraguaruja.sp.gov.br e <http://www.indepac.org.br/concursos/>. É de responsabilidade do candidato acompanhar todas as publicações referentes ao Concurso Público.

É de exclusiva responsabilidade do candidato buscar informações sobre data, horário e local da prova, resultado, retificações e demais procedimentos que são publicados exclusivamente conforme previsto no parágrafo anterior.

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
21/02/2018	PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
22 a 23/02/2018	PRAZO PARA RECURSO REFERENTE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
02/03/2018	RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA O EDITAL
08/03 a 06/04/2018	PRAZO PARA RECEBIMENTO DAS INSCRIÇÕES
08 a 20/03/2018	PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
14 a 20/03/2018	DIVULGAÇÃO DAS ISENÇÕES DEFERIDAS
27/03/2018	PRAZO PARA RECURSO REFERENTE À DIVULGAÇÃO DAS ISENÇÕES DEFERIDAS
28 a 29/03/2018	RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
09/04/2018	DATA DE VENCIMENTO DO BOLETO
14/04/2018	DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS, CONDIÇÕES ESPECIAIS DEFERIDAS E CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
16 a 17/04/2018	PRAZO PARA RECURSO REFERENTE À DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS, CONDIÇÕES ESPECIAIS DEFERIDAS E CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA
20/04/2018	HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS, CONDIÇÕES ESPECIAIS DEFERIDAS E CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS OBJETIVAS
29/04 e 06/05/2018	APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS
30/04 e 07/05/2018	DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR
02 a 03/05/2018 e 08 a 09/05/2018	PRAZO PARA RECURSO REFERENTE À DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR
26/05/2018	RESPOSTAS AOS RECURSOS REFERENTES À DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DIVULGAÇÃO DO GABARITO APÓS RECURSOS DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS
28 a 29/05/2018	PRAZO PARA RECURSO REFERENTE À DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS
05/06/2018	RESPOSTAS AOS RECURSOS REFERENTES À DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DAS PROVAS OBJETIVAS CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS PRÁTICAS E DISSERTATIVA
24/06/2018	APLICAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS E DISSERTATIVA
07/07/2018	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS PRÁTICAS E DISSERTATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARUJÁ/SP
EDITAL DE ABERTURA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2018
(alterado conforme Retificações nºs 01 a 06)



DATAS PREVISTAS	EVENTOS
08 e 09/07/2018	PRAZO PARA RECURSO REFERENTE À DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS PRÁTICAS E DISSERTATIVA
24/07/2018	RESPOSTAS AOS RECURSOS REFERENTES À DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS PROVAS PRÁTICAS E DISSERTATIVA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR I (PARA OS CARGOS DE AGENTE LEGISLATIVO E OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO) CONVOCAÇÃO PARA ENVIO DOS TÍTULOS
25 e 26/07/2018	PRAZO PARA RECURSO REFERENTE À DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR I (PARA OS CARGOS DE AGENTE LEGISLATIVO E OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO)
30 e 31/07/2018	PRAZO PARA ENVIO DOS TÍTULOS
03/08/2018	RESPOSTAS AOS RECURSOS REFERENTES À DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR I (PARA OS CARGOS DE AGENTE LEGISLATIVO E OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO) DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL I (PARA OS CARGOS DE AGENTE LEGISLATIVO E OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO)
14/08/2018	DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DE TÍTULOS DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR II (PARA OS CARGOS DE OFICIAL DE CONTABILIDADE E PROCURADOR LEGISLATIVO)
15 e 16/08/2018	PRAZO PARA RECURSO REFERENTE À DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DE TÍTULOS PRAZO PARA RECURSO REFERENTE À DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR II (PARA OS CARGOS DE OFICIAL DE CONTABILIDADE E PROCURADOR LEGISLATIVO)
22/08/2018	RESPOSTAS AOS RECURSOS REFERENTES À DIVULGAÇÃO DAS NOTAS DE TÍTULOS RESPOSTAS AOS RECURSOS REFERENTES À DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR II (PARA OS CARGOS DE OFICIAL DE CONTABILIDADE E PROCURADOR LEGISLATIVO) DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL II (PARA OS CARGOS DE OFICIAL DE CONTABILIDADE E PROCURADOR LEGISLATIVO) HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME